




ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023/FMAS

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.

Tomar do Geru/Se, 28 de fevereiro de 2023.


LAIZ SIMÕES VIANA

Secretária Municipal de Assistência Social

A Comissão Permanente de Licitações e Contratos do Município de Tomar do Geru/SE, instituída pela Portaria nº 05 de 20 de janeiro de 2023, manifesta-se acerca da Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessorias, e apoio operacional e administrativos no âmbito do Cadastro Único, Auxílio Brasil, Proteção Social Básica, compreendendo PAIF e SCFV para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, a ser firmado com a senhora ÉRICA LUTYGARD RODRIGUES DE ARAGÃO - CPF: 840.058.155-53, fundamentada no art. 24, II da Lei 8.666/93 observada as alterações introduzidas.

Em observância a determinação constante no dispositivo legal ora focada passamos a analisar a viabilidade da contratação em pleito.

I – DA DISPENSA:

A Regra Geral para celebração dos Contratos Administrativos é a realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando a regra geral, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato **sem a realização do Processo de Licitação**, são os casos de **dispensa e inexigibilidade**.

Quanto a dispensa em análise o critério adotado pelo legislador é o do valor, ou seja, poderá a Administração Pública dispensar a realização de processo licitatório, quando se tratar de valor que corresponda até 10 % (dez por cento) do limite previsto para a modalidade CONVITE que nesta, caso, apresenta o limite de R\$. 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), valor na forma do **Decreto Federal nº 9.412/2018**. Desta forma, poderá ser dispensada a licitação para serviços, salvos de engenharia, e compras com o valor de até **R\$. 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)**, conforme disposto no artigo 24, II, abaixo transcrito:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



Observa-se que a Administração Pública estabeleceu o seu valor de dispensa de licitação com base no limite estabelecido pelo art. 23, II "a" da mesma lei federal acima mencionada, que dispõe:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998), alterada pelo Decreto nº 9.412 de 2018) (Vigência)

a) na modalidade convite - até R\$. 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998), alterada pelo Decreto nº 9.412 de 2018) (Vigência)

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias devessem ser proporcionais às peculiaridades do interesse da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

Após análise da documentação constante nos autos do processo vislumbra-se que a contratação em vitrine preenche os requisitos do Art. 24, II acima referido, já que não ultrapassa o limite estipulado para a esta contratação.

II – DA NECESSIDADE

O fornecimento em questão decorre da necessidade da Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessorias, e apoio operacional e administrativos no âmbito do Cadastro Único, Auxílio Brasil, Proteção Social Básica, compreendendo PAIF e SCFV para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Que os serviços são de uso casual para as atividades dos órgãos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Que o Fundo Municipal de Assistência Social necessita dos serviços eventualmente, como palestras, oficinas, reuniões, eventos e outras atividades que vim a realizar.

Que a falta de tais serviços poderá trazer transtornos futuros no cronograma de atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

III – DO VALOR



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



No que diz respeito ao valor da Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessorias, e apoio operacional e administrativos no âmbito do Cadastro Único, Auxílio Brasil, Proteção Social Básica, compreendendo PAIF e SCFV para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, registra-se a proposta mais vantajosa no valor total estimado de **RS. 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)** apresentado pela senhora **ÉRICA LUTYGARD RODRIGUES DE ARAGÃO - CPF: 840.058.155-53**, conforme anexo deste expediente, e que o preço é praticado no mercado consoante orçamentos anexado nos autos do processo, preenchendo assim os requisitos do Art. 26, Parágrafo Único, II e III, da Lei 8.666/93.

IV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O serviço em crivo será avençada através do **Termo de Contrato**, visto que o objeto em tela gera obrigações futuras, conforme o estabelecido no *Caput* do art. 62 da Lei 8.666/93, senão vejamos:


Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.


V – CONCLUSÃO

Depois de verificada a existência da necessidade de contratação do serviço, justificada pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**, e estando o objeto a serem contratados perfeitamente ajustados a suprir a necessidade em destaque, entendemos que é plenamente cabível a formalização da dispensa de licitação o objeto em comento, pois o mesmo atende a todos os requisitos do art. 24, II da lei 8.666/93.

Sugerimos ainda, que a presente justificativa, seja encaminhada à assessoria jurídica, para a apreciação da minuta de contrato e de parecer sobre o assunto.

Tomar do Geru/SE, 28 de fevereiro de 2023.


Tiago Silva de Souza
Presidente da C.P.L.


Charleide da Silva Valença
Secretária da C.P.L.


Anderson Santos Oliveira
Membro da C.P.L.